BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: ANALISANDO A LITERATURA EDUCACIONAL EXISTENTE

Matheus Lucas de Sousa[1];

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), Pós-graduando em Educação Infantil pela FACULEST. Campus Cajazeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: prof.luccas.sousa@gmail.com;

Resumo

Este artigo tem por objetivo geral analisar a trajetória histórica da Educação Infantil no território brasileiro, à luz da literatura educacional, buscando compreender as transformações nas concepções de infância, nas funções sociais atribuídas a essa etapa e nas políticas e práticas que marcaram sua constituição ao longo do tempo. Quanto à abordagem metodológica adotada, consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, configurando-se como um estado do conhecimento. Para tal, buscamos embasamento teórico nos seguintes autores: Carvalho; Nascimento (2022), Didonet (2001), Gil (2008), Guisso (2022), Kramer *et al* (2011), Paschoal; Machado (2009), Santos (2010), Tozoni-Reis (2009) e alguns marcos legais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), Os resultados mostram que a Educação Infantil no Brasil foi inicialmente marcada por práticas assistencialistas, passando por um processo de ressignificação ao longo do tempo, com avanços legais e teóricos que a consolidaram como direito da criança e etapa da Educação Básica, embora ainda permeada por desafios e contradições. Conclui-se que a História da Educação Infantil é um campo complexo, marcado por tensões entre cuidar e educar, e que sua compreensão é fundamental para o fortalecimento da formação docente e para a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-Chaves: História da Educação Infantil, Criança, Infância, Educação.

1. INTRODUÇÃO

A História da Educação Infantil (EI) constitui um campo fundamental para a compreensão da formação das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e da concepção das infâncias no contexto brasileiro. Apesar de sua relevância para a formação inicial de professores, especialmente nos cursos de Pedagogia.

A Educação Infantil, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constitui a primeira etapa da Educação Básica, destinada ao atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas (Brasil, 1996). Essa legislação representa um marco fundamental ao reconhecer a criança como sujeito de direitos e ao inserir a Educação Infantil no campo educacional, superando sua antiga vinculação exclusiva à assistência social. Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) define que a finalidade dessa etapa é promover o "[...] desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da

família e da comunidade." (Brasil, 1996, p. 14). Assim, a Educação Infantil passa a assumir uma função pedagógica essencial, pautada na indissociabilidade entre cuidar e educar, consolidando-se como base para a formação humana e para a continuidade do percurso educacional.

Atualmente o cuidar e educar são processos indissociáveis, ou seja, na EI todas as atividades perpassam pelos fenômenos de ambos, compreende-se que esses dois andam juntos e não se separam durante a rotina escolar das crianças.

Diante desse cenário, a relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de aprofundar a compreensão acerca da História da Educação Infantil no Brasil, considerando que esse campo constitui base essencial para a formação crítica de professores e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais conscientes e contextualizadas. A Educação Infantil é marcada por um processo histórico permeado por tensões entre assistência e educação, além de transformações nas concepções das infâncias e nas políticas públicas.

Diante do exposto, o presente artigo propõe-se a responder à seguinte questão de pesquisa: Como a trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil tem sido analisada pela literatura educacional, no que se refere às transformações nas concepções das infâncias, às funções sociais dessa etapa e às tensões entre assistência e educação ao longo de sua constituição?

Assim, o estudo justifica-se por contribuir para o fortalecimento do debate acadêmico acerca da História da Educação Infantil, oferecendo subsídios para pesquisadores, docentes e estudantes de Pedagogia, além de colaborar para reflexões sobre a consolidação desse campo de investigação no âmbito da formação docente e da pesquisa educacional brasileira. Espera-se que essa pesquisa sirva de ponto de partida para novos estudos sobre o mesmo tema e que outros trabalhos sejam produzidos com relação a temática aqui debatida.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo refletir sobre a trajetória histórica da Educação Infantil no território brasileiro, à luz da literatura educacional, buscando compreender as transformações nas concepções de infância, nas funções sociais atribuídas a essa etapa e nas políticas e práticas que marcaram sua constituição ao longo do tempo.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e do tipo bibliográfica, configurando-se como um estado do conhecimento, uma vez que tem como finalidade refletir sobre a trajetória histórica da Educação Infantil no território brasileiro, à luz

da literatura educacional, buscando compreender as transformações nas concepções de infância, nas funções sociais atribuídas a essa etapa e nas políticas e práticas que marcaram sua constituição ao longo do tempo.

De acordo com Tozoni-Reis (2009, p. 10), "A pesquisa qualitativa defende a ideia de que, na produção de conhecimentos sobre fenômenos humanos e sociais, interessa muito mais compreender e interpretar seus conteúdos que descrevê-los". A autora nos convoca a ultrapassar a mera descrição dos fenômenos educacionais para mergulhar na teia de significados que os constitui, movimento essencial à pesquisa em educação. Compreender e interpretar exige do pesquisador um olhar atento aos contextos e às contradições que atravessam as práticas pedagógicas. É nesse exercício interpretativo que a pesquisa qualitativa se torna instrumento potente para a transformação da realidade escolar.

Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica, "[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos." Para o autor, o caráter fundante da pesquisa bibliográfica, que não se reduz a uma simples compilação de informações, mas exige do pesquisador um rigoroso trabalho de análise crítica e diálogo com a produção científica consolidada. Ao partir de material já elaborado, o pesquisador reconhece a natureza dialógica e acumulativa do conhecimento, posicionando-se como sujeito que interpreta, articula e produz novos sentidos a partir das vozes já presentes na literatura.

3. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A compreensão da história da Educação Infantil no Brasil exige, em primeiro plano, o reconhecimento de que a infância constitui uma categoria histórica, social e culturalmente construída, cujos significados variam conforme as transformações estruturais da sociedade. Nesse sentido, a análise historiográfica dessa etapa educacional não pode ser reduzida a uma descrição linear de fatos, mas deve ser situada no entrecruzamento de dimensões socioeconômicas, políticas e epistemológicas que moldaram as concepções das crianças, infâncias e educação ao longo do tempo.

A Educação Infantil no território brasileiro constitui-se como um campo historicamente marcado por transformações sociais, políticas e pedagógicas, refletindo diferentes concepções das infâncias, cuidado e educação ao longo do tempo. Inicialmente vinculada a práticas assistencialistas e de caráter compensatório, voltadas sobretudo às camadas populares. Assim, a Educação Infantil passou, gradativamente, a ser reconhecida como etapa fundamental da

Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, com especificidades próprias e direitos assegurados às crianças (Brasil, 1996).

Além disso, compreender sua trajetória histórica permite analisar os avanços, os desafios e as rupturas que permeiam a constituição das políticas públicas, das práticas pedagógicas e da formação de profissionais que atuam nessa primeira etapa da Educação Básica, destacando a centralidade das infâncias como sujeito de direitos e da educação como prática social e formativa.

> Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida (Didonet, 2001, *apud*, Paschoal; Machado, 2009, p. 79).

Ao falarmos de creches e Educação Infantil, não podemos reduzi-las a simples instituições ou debates políticos, o centro de tudo deve ser a própria criança. Cada criança é um ser humano pequeno, mas cheio de vida, potencial e dignidade, e é por ela que toda a história do atendimento à infância deveria ter sido pensada desde o início.

Hodiernamente, para iniciar essa discussão da história da Educação Infantil, é essencial tomarmos conhecimento sobre o conceito de infância. Nessa perspectiva, destaca-se que a noção de infância não é universal nem atemporal, sendo historicamente determinada pelas formas de organização social. Conforme apontado por Kramer, (2001) *apud* Carvalho; Nascimento (2022, p. 49): "O conceito de infância evoluiu historicamente [...]" e se transforma de acordo com as instituições e estruturas sociais vigentes. A Educação Infantil emerge como resposta a demandas sociais específicas, particularmente associadas à modernidade, à urbanização e à reorganização das relações de trabalho.

No contexto brasileiro, a concepção da Educação Infantil está intrinsecamente vinculada às transformações decorrentes da transição para uma sociedade urbano-industrial. Diferentemente do modelo europeu, onde instituições infantis já apresentavam preocupações pedagógicas desde sua origem, no Brasil as primeiras iniciativas voltadas à infância assumiram, predominantemente, um caráter "assistencialista". Conforme evidenciam Paschoal; Machado (2009), as instituições destinadas à infância no país passaram por diferentes funções históricas, transitando "[...] pelo assistencialismo, custódia e privação cultural até a função educativa" (Paschoal; Machado, 2009, p. 78).

Segundo Paschoal; Machado (2009, p. 82): "Diferentemente dos países europeus, no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas." Deste modo, diferente da Europa, onde as creches surgiram junto com

a industrialização, no Brasil elas nasceram com um forte caráter assistencialista, ou seja, como forma de ajudar mulheres pobres, viúvas e mães solteiras que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos. Essas primeiras instituições funcionavam mais como "depósitos de crianças" do que como "espaços educativos", focando apenas na guarda e na sobrevivência das crianças enquanto suas mães estavam ocupadas.

De acordo com Guisso (2020, p. 01), o autor destaque que "[...] o processo de pensar em instituições para as crianças pequenas aconteceu de forma lenta e, inicialmente, era destinada a elite." Para o autor, a constituição das instituições voltadas às infâncias não ocorreu de maneira imediata, mas como resultado de processos históricos marcados por transformações sociais graduais. Ao destacar seu caráter inicialmente elitista, revela-se a exclusão das classes populares no acesso à Educação Infantil, apontando para desigualdades estruturais desde sua origem.

Essa configuração inicial revela uma tensão estrutural que atravessa toda a história da Educação Infantil brasileira: a dicotomia entre cuidar e educar. Historicamente, o cuidado e a educação das crianças pequenas eram atribuições centrais da família, sobretudo da figura materna, refletindo uma organização social doméstica. Com a industrialização, emergem as creches no Brasil como resposta às novas demandas do trabalho urbano, assumindo inicialmente uma função assistencial vinculada à inserção feminina no mercado. Sobre isso, Santos (2010) explica que:

> Do ponto de vista histórico, durante muito tempo, o cuidado e a educação da criança pequena esteve sob a responsabilidade familiar, especialmente da mãe. A instituição creche surge no Brasil no fim do século XIX, decorrente da industrialização e da urbanização do país. Neste contexto, criam-se as creches com o intuito de liberar a mulher para o mercado de trabalho (Santos, 2010, p. 7).

Durante longos períodos, a educação das crianças pequenas esteve sob responsabilidade quase exclusiva da família, sobretudo da figura materna (Santos, 2010). Apenas com o avanço da industrialização e a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho é que surgem as primeiras instituições de atendimento coletivo às infâncias, como creches, asilos e orfanatos. Essas instituições tinham como principal finalidade a "guarda" e "proteção das crianças", permitindo que suas mães pudessem trabalhar, apontando, assim, sua função social de suporte à reprodução da força de trabalho.

Na atualidade, o princípio do cuidar e educar é compreendido como indissociável, na Educação Infantil, conforme estabelece a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), ao reconhecer que as práticas pedagógicas devem integrar atenção às necessidades básicas das crianças e à promoção de experiências educativas significativas. Nessa perspectiva, o cuidado

vai além das ações relacionadas à higiene, alimentação e proteção, assumindo um papel educativo ao favorecer interações, vínculos afetivos e a construção da autonomia. Paralelamente, o educar se concretiza por meio de práticas intencionais que consideram as crianças como sujeitos históricos, sociais e de direitos, promovendo seu desenvolvimento integral (Brasil, 2010).

A Base Nacional Comum Curricular, enfatiza que tais práticas (cuidar e educar) devem se organizar a partir dos eixos estruturantes das interações e das brincadeiras, assegurando um ambiente acolhedor, seguro e estimulante para/com as crianças (Brasil, 2017). Dessa forma, cuidar e educar constituem dimensões complementares e inseparáveis do trabalho docente na Educação Infantil, exigindo uma atuação sensível, planejada e comprometida com o desenvolvimento pleno e com o respeito às singularidades das crianças.

Nesse cenário, a criação das creches no Brasil, no final do século XIX, deve ser compreendida como um fenômeno associado à lógica do capitalismo emergente, que reconfigura as relações familiares e impõe novas demandas sociais. Como destaca Santos (2010, p. 07), o surgimento dessas instituições está diretamente relacionado à necessidade de "[...] liberar a mulher para o mercado de trabalho". Nesse aspecto, indica o caráter funcional e não pedagógico de sua origem.

Ademais, a institucionalização da infância no Brasil também esteve fortemente marcada por práticas filantrópicas e higienistas, voltadas, sobretudo, às classes populares. As primeiras iniciativas de atendimento infantil, como a Associação Protetora da Infância (1883). Essa instituição destacou-se como "[...] uma das pioneiras no atendimento ao público infantil em todo o Brasil [...]" (Carvalho; Nascimento, 2022, p. 51).

Além disso, essas instituições, De acordo com Kuhlmann Jr. (2000a) *Apud*, Carvalho; Nascimento (2022), a associação não se limitava à criação de uma instituição própria, mas também buscava organizar e centralizar informações referentes às iniciativas voltadas à assistência, instrução e educação de crianças em situação de vulnerabilidade no país.

Essa perspectiva assistencialista não apenas delimitou o público atendido, mas também influenciou profundamente a organização pedagógica dessas instituições. Durante esse período, não havia uma preocupação sistemática com o desenvolvimento integral das crianças, sendo priorizados aspectos relacionados à higiene, alimentação e vigilância. Como ressalta Santos (2010, p. 07), "[...] não havia a preocupação de educar as crianças de zero a cinco anos [...]". Sendo o atendimento restrito ao cuidado físico.

Ao reconhecer o caráter indissociável dessas dimensões, reafirma-se a criança como sujeito de direitos, cuja formação integral deve ser garantida desde o nascimento, implicando

uma prática pedagógica intencional, ética e socialmente comprometida, Conforme Santos (2010, p. 07) "[...] atualmente, passaram a ter o papel de educativa, ou seja, o cuidar e o educar fazem parte intrinsecamente da educação da criança, pois a educação é um direito da criança desde o seu nascimento". Para o autor, uma mudança importante na concepção da EI, foi a integração entre o cuidar e o educar, como dimensões indissociáveis do desenvolvimento das crianças. Isso rompe com uma visão assistencialista, reafirmando a educação como um direito desde o nascimento. No entanto, esse avanço também exige das instituições e docentes uma formação mais qualificada (formação continuada), capaz de articular práticas pedagógicas que contemplem, de fato, essas duas dimensões no cotidiano (nas salas de experiências na EI).

Entretanto, é fundamental problematizar a ideia de que a Educação Infantil brasileira evoluiu de forma linear do assistencialismo para a pedagogia. Tal interpretação simplifica um processo histórico marcado por contradições, disputas e permanências. Mesmo com o surgimento dos jardins de infância, inspirados nas ideias de Friedrich Froebel, e destinados inicialmente às elites, observa-se que as dimensões assistencial e educativa sempre estiveram imbricadas. Conforme argumenta Kuhlmann Jr. (2001, p. 26), há uma:

> [...] estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternais.

Sendo equivocado dissociá-los de forma absoluta. Para Kuhlmann Jr. (2001) a transição paradigmática no final do século XIX, onde a assistência à infância se institucionaliza sob uma roupagem educativa, revelando a tensão constitutiva entre o cuidado e a pedagogia. Essa articulação entre o assistencial e o educacional não apenas fundamenta a concepção do Jardim de Infância, mas também consolida um dispositivo de governamentalidade que normaliza as infâncias das classes populares em espaços específicos.

No Brasil, as instituições de Educação Infantil apresentaram, historicamente, funções distintas, sendo que as creches estiveram inicialmente associadas ao atendimento de crianças de classes populares, com caráter assistencialista, enquanto os jardins de infância surgiram com uma proposta educacional mais definida, estando, em sua origem, vinculados a outros segmentos sociais (Santos, 2010; Oliveira, 2002, *Apud* Carvalho; Nascimento, 2022).

Outro elemento central na consolidação da Educação Infantil brasileira, refere-se ao papel das políticas públicas e da legislação educacional. A partir da Constituição Federal, a criança passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, incluindo o direito à educação desde o nascimento (Brasil, 1988). Esse marco legal representa uma inflexão paradigmática, pois

desloca a Educação Infantil do campo da "assistência social" para o âmbito da "Educação Básica".

Nesse sentido, a articulação entre as dimensões político-administrativa e técnico-científica foi fundamental para a construção de uma nova concepção de Educação Infantil. Conforme, Nunes e Corsino (2009), *Apud* Kramer *et al*. (2011, p. 71). Essa articulação resultou na compreensão da infância como "[...] um momento fundamental no processo de formação humana". Desse modo, superando visões reducionistas e fragmentadas.

Contudo, apesar dos avanços legais e teóricos, persistem desafios significativos na efetivação de uma Educação Infantil de qualidade. A separação entre legislação e prática pedagógica nas salas de experiências na EI, aponta que a consolidação dessa etapa educacional (A EI como primeira etapa da Educação Básica) ainda está em processo. Problemas como desigualdade de acesso, precarização das condições de atendimento e fragilidade na formação docente (necessidade de formação continuada para os docentes na EI) demonstram que a universalização do direito à Educação Infantil permanece como um projeto em construção.

Portanto, ao analisar a trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil, torna-se evidente que sua constituição está profundamente marcada por tensões entre assistência e educação, inclusão e exclusão, direito e prática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como propósito central refletir sobre a trajetória histórica da Educação Infantil no território brasileiro, à luz da literatura educacional, buscando compreender as transformações nas concepções de infância, nas funções sociais atribuídas a essa etapa e nas políticas e práticas que marcaram sua constituição. Ao longo do estudo, evidencia-se que a História da Educação Infantil não pode ser compreendida de forma linear ou homogênea, mas sim como um processo complexo, marcado por tensões, permanências e rupturas que refletem as transformações sociais, políticas e econômicas do país.

Nesse sentido, a análise realizada permite reafirmar que a Educação Infantil brasileira se constitui, inicialmente, sob forte influência de práticas assistencialistas, voltadas prioritariamente às classes populares e vinculadas às necessidades emergentes do processo de urbanização e industrialização. Esse caráter inicial evidencia que o atendimento às crianças pequenas esteve, por muito tempo, mais relacionado à lógica de proteção e cuidado do que a uma intencionalidade pedagógica estruturada. Tal constatação reforça a compreensão de que a

educação das infâncias, em seus primórdios, foi atravessada por desigualdades sociais e por uma concepção limitada de infância.

Entretanto, ao longo do tempo, observa-se um movimento de ressignificação desse campo, impulsionado por mudanças nas concepções de infância, pela ampliação dos direitos sociais e pelo fortalecimento das políticas públicas educacionais. A promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, configuram marcos fundamentais nesse processo, ao reconhecerem a criança como sujeito de direitos e a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica (Brasil, 1996; 1998). Esses avanços legais contribuíram para deslocar a Educação Infantil do campo assistencial para o campo educacional, ainda que tal transição não tenha ocorrido de forma plena e uniforme em todo o território nacional.

A literatura analisada também evidencia que a dicotomia entre cuidar e educar, historicamente presente na organização das instituições de atendimento à infância, permanece como um dos principais desafios para a consolidação de práticas pedagógicas integradas. Embora os referenciais teóricos contemporâneos apontem para a indissociabilidade dessas dimensões, sua efetivação no cotidiano das instituições ainda encontra obstáculos, especialmente no que se refere à formação docente, às condições de trabalho e à organização dos espaços educativos. Dessa forma, compreender essa tensão como um elemento constitutivo e não superado da Educação Infantil é fundamental para o avanço das discussões no campo.

Ademais, destaca-se que a compreensão da História da Educação Infantil que assume papel estratégico na formação inicial e continuada de professores, especialmente nos cursos de Pedagogia. Ao conhecer os processos históricos que se constitui essa etapa da educação, os futuros docentes são convidados a desenvolver uma postura crítica e reflexiva frente às práticas pedagógicas, reconhecendo-se como sujeitos históricos capazes de intervir e transformar a realidade educacional. Nesse sentido, a valorização desse campo de estudo contribui para o fortalecimento de uma prática docente mais consciente, ética e comprometida com os direitos das crianças.

Por fim, ressalta-se que a Educação Infantil, enquanto direito social e etapa fundamental da Educação Básica, ainda se encontra em processo de consolidação no Brasil. Apesar dos avanços legais e teóricos, persistem desafios relacionados à universalização do acesso, à qualidade do atendimento e à valorização dos profissionais da educação. Tais desafios evidencia que a história da Educação Infantil não se encerra nos marcos legais conquistados, mas continua sendo construída no cotidiano das instituições, nas práticas pedagógicas e nas lutas por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todas as crianças.

Diante disso, espera-se que este estudo contribui para o fortalecimento do debate acadêmico acerca da História da Educação Infantil no Brasil, incentivando a produção de novas pesquisas que amplie e aprofunde a compreensão desse campo. Recomenda-se, ainda, a realização de investigações futuras que articulem diferentes metodologias e enfoques teóricos, bem como que considerem as múltiplas realidades regionais do país, de modo a promover uma visão mais plural e abrangente da Educação Infantil brasileira.

REFERÊNCIAS

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CARVALHO, Karinise da Silva; NASCIMENTO, Valdete Batista do. A história da educação infantil. **Revista Faculdade FAMEN - REFFEN**, Natal, v. 3, n. 1, p. 49-63, 2022. DOI: https://doi.org/10.36470/famen.2022.r3a04. Disponível em: inserirlinkdoperio´dico,sehouver*inserirlinkdoperio´dico*,*sehouver*. Acesso em: 22 mar. 2026.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda R.; CORSINO, Patrícia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 69-85, jan./abr. 2011. Disponível em: arquivoPDFfornecidopelousua´rio*arquivoPDFfornecidopelousua´rio*. Acesso em: 22 mar. 2026.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. ISSN 1676-2584. Disponível em: arquivoPDFfornecidopelousua´rio*arquivoPDFfornecidopelousua´rio*. Acesso em: 22 mar. 2026.

GUISSO, Sandra Maria. **Educação infantil: história, formação e vivência**. Ponta Grossa: Atena, 2020. DOI: 10.22533/at.ed.461200112. ISBN 978-65-5706-646-1. Disponível em: arquivoPDFfornecidopelousua´rio*arquivoPDFfornecidopelousua´rio*. Acesso em: 22 mar. 2026.

SANTOS, N. F. R. **Educação no Brasil**: O paradigma entre o cuidar e o educar no centro de educação infantil. Londrina 2010. Monografia (graduação em pedagogia) curso de pedagogia, Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2010%20NATHALIA%20FERNANDA%20RIBEIRO%20DOS%20SANTOS.pdf. Acesso em: 22 mar. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. O que é pesquisa? In: TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. p. 7-13.